

ESCOLA DE APERFEIÇOAMENTO DE OFICIAIS

VIVIANE DA SILVA CARDOSO

**UM ESTUDO DE CASO SOBRE A COBERTURA DA IMPRENSA NO INCIDENTE
QUE FICOU CONHECIDO COMO OS “80 TIROS”**

**Rio de Janeiro
2019**

VIVIANE DA SILVA CARDOSO

**UM ESTUDO DE CASO SOBRE A COBERTURA DA IMPRENSA NO INCIDENTE
QUE FICOU CONHECIDO COMO OS “80 TIROS”**

Projeto de pesquisa apresentado à
Escola de Formação Complementar do
Exército/ Escola de Aperfeiçoamento de
Oficiais como requisito parcial para a
obtenção do Grau de Especialização em
Ciências Militares

Orientador: Maj Nadja de Assis Mendonça

**Rio de Janeiro
2019**

VIVIANE DA SILVA CARDOSO

**UM ESTUDO DE CASO SOBRE A COBERTURA DA IMPRENSA NO INCIDENTE
QUE FICOU CONHECIDO COMO OS “80 TIROS”**

Projeto de pesquisa apresentado à
Escola de Formação Complementar do
Exército/ Escola de Aperfeiçoamento de
Oficiais como requisito parcial para a
obtenção do Grau de Especialização em
Ciências Militares

Aprovado em ___/___/___

COMISSÃO DE AVALIAÇÃO

Maj QCO **Nadja** de Assis Mendonça

Maj Art **José Vilson Rodrigues** Júnior

UM ESTUDO DE CASO SOBRE A COBERTURA DA IMPRENSA NO INCIDENTE QUE FICOU CONHECIDO COMO OS “80 TIROS”.

Viviane da Silva Cardoso^a

RESUMO

A evolução tecnológica tornou dinâmica a transmissão das mensagens. Surgiram novas formas de produção e distribuição de conteúdo, tornando o ambiente dos conflitos desafiador para as forças do Estado. A presença da imprensa e de diversos atores no ambiente operacional aumenta a possibilidade de danos colaterais e implica especial atenção institucional do ponto de vista de Comunicação. Este artigo científico teve como objetivo maior discutir os aspectos relacionados à manutenção da imagem positiva do Exército Brasileiro diante de constantes alterações vivenciadas em ambientes de conflitos cada vez mais irregulares e assimétricos. Trata-se de um estudo de caso sobre a cobertura da imprensa brasileira no episódio ocorrido no Rio de Janeiro, em que uma família acabou sendo vítima de confronto entre uma patrulha do Exército e Agentes Perturbadores da Ordem Pública, lançando um olhar sobre a cobertura jornalística do caso, os seus reflexos na opinião de diferentes atores e os impactos na imagem do Exército. Realizou-se uma pesquisa qualitativa, buscando dados na literatura, em documentos oficiais e no noticiário dos principais veículos de imprensa nacional. Lançou-se mão da técnica de análise de discurso, identificando-se pontos da narrativa predominante e qual mensagem preponderou. Realizou-se também entrevista com a defesa dos acusados no incidente. Identificou-se que, devido à sua sensibilidade, o caso repercutiu rapidamente e foi usado por diferentes grupos para questionar o emprego do Exército, atacar políticas de governo e contestar a legislação que dá suporte jurídico à atuação das Forças Armadas em operações. Além de identificar as ações adotadas pela área de Comunicação institucional no incidente, este artigo traz, como contribuição, um apanhado de boas práticas de gerenciamento de crise na área de Comunicação. O tema é rico de análises e não se esgota neste trabalho, podendo ser objeto de pesquisas posteriores.

Palavras-chave: Gerenciamento de crise. Imagem. Comunicação. Exército Brasileiro.

ABSTRACT

Technological evolution has made the transmission of messages dynamic. New forms of content production and distribution have emerged, making the conflict environment increasingly challenging for state forces. The presence of the press and various actors in the operational environment has increased the possibility of collateral damage and implies special institutional attention from the Communication point of view. This scientific article aimed to discuss the aspects related to the maintenance of the positive image of the Army in the face of constant changes experienced in increasingly irregular and asymmetrical conflict environments. This is a case study of the coverage of the Brazilian press after the episode that occurred in the Rio de Janeiro, where a confrontation between an Army patrol and Disturbing Public Order Agents victimized a family, taking a look at the case coverage, its reflexes in the opinion of different actors and impacts on the image of the Brazilian Army. A qualitative research was conducted, searching data in the literature, in official documents and in the news reported by the main press national vehicles. The technique of discourse analysis was used, identifying points of the predominant narrative and which message prevailed and how it influenced public opinion. An interview was also held with the attorneys of the accused of the incident. Due to its sensitivity, it was found that the case quickly reverberated and was used by different actors to challenge the Army's actions, to attack government policies and to question the legislation that provides legal support to the Armed Forces' operations. In addition to identifying the actions taken by the Institutional Communication area after the incident, this article provides, as a contribution, a collection of best practices of crisis management in the Communication. The theme is rich of analysis and isn't exhausted in this research, being able to be object of further research.

Key Words: Crisis management. Image. Communication. Brazilian Army.

^aCapitão QCO Comunicação Social da turma de 2011. Especialista em Aplicações Complementares às Ciências Militares pela ESFCEX em 2011.

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	6
2. METODOLOGIA	7
3. REVISÃO BIBLIOGRÁFICA	9
a. Fontes de busca	9
b. Estratégia de busca para as bases de dados eletrônicas	10
c. Critérios de inclusão:	10
d. Critérios de exclusão:	10
3.1 INSTRUMENTOS	10
3.2 ANÁLISE DOS DADOS	11
3.3 IMAGEM	11
3.4 CRISE	12
3.5 GERENCIAMENTO DE CRISES	13
3.6 GUERRA IRREGULAR	14
4. RESULTADOS E DISCUSSÃO	15
4.1 A NARRATIVA DA IMPRENSA E REPERCUSSÃO	16
a. Execução, erro, descaso, família e vítimas	17
b. Politização, preconceito, racismo, contestação da lei e açodamento	19
c. Repercussão	22
4.2 MANIFESTAÇÃO DO MPM	26
4.3 MANIFESTAÇÃO DA DEFESA	27
4.4 ATUAÇÃO DO CML	29
4.5 BOAS PRÁTICAS EM GERENCIAMENTO DE CRISES	29
5. CONCLUSÃO	30
REFERÊNCIAS	33
APÊNDICE A – NOTAS À IMPRENSA EMITIDAS PELO CML	38

1. INTRODUÇÃO

Os assuntos políticos e sobre segurança pública no Brasil dividem espaços diários nas páginas dos jornais, no noticiário digital, televisivo e nas rádios. São muitas as notícias sobre a insegurança em que vive boa parte da população brasileira, principalmente nos grandes centros, onde o crime organizado ocupa espaços deixados pelo Estado e cria as suas próprias leis. Os debates nos diferentes veículos de comunicação são muitos, ilustrados por análises e comentários de especialistas, como são denominados alguns estudiosos de determinados assuntos - contribuindo para a divulgação de ideias e construção de narrativas.

Nas eleições presidenciais de 2018 no Brasil, o assunto segurança pública ocupou grande parte das promessas de campanha dos candidatos ao Palácio do Planalto e aos governos dos estados. Um tema que dominou debates e permeou as redes sociais. A vitória de uma chapa composta por um Capitão Reformado do Exército e um General da Reserva, cuja principal bandeira era o combate ao crime, chamou a atenção para as Forças Armadas.

Se durante muito tempo os militares se restringiram ao ambiente dos quartéis, evitando exposições políticas, no sentido mais explícito do tema, as últimas eleições foram de encontro a esse perfil mais comedido. Vários militares da ativa e da reserva candidataram-se a algum cargo público e muitos saíram vitoriosos. Em meio a esse cenário, cresceu na imprensa brasileira o interesse pela cobertura de assuntos militares e, conseqüentemente, o foco sobre as ações das Forças Armadas tem sido cada vez maior. Casos negativos tendem a ganhar mais atenção. Dependendo da narrativa, constrói-se ou destrói-se reputações e as conseqüências podem ser desastrosas para a imagem institucional, exigindo das assessorias de Comunicação constante gerenciamento de crise.

Em abril de 2019, um confronto entre uma patrulha do Exército Brasileiro e Agentes Perturbadores da Ordem Pública (APOP), na cidade do Rio de Janeiro, resultou na morte de duas pessoas (um músico e um catador de recicláveis) e deixou um ferido. O caso ganhou repercussão na imprensa brasileira e estrangeira e provocou grande comoção, além de uma série de questionamentos sobre a atuação da Força Terrestre, bem como sobre a competência da Justiça Militar na

condução do processo. Especialistas surgiram nas telas das TVs, nas páginas dos jornais, na internet e nas rádios com opiniões formadas sobre o acontecido; autoridades fizeram declarações públicas, quando ainda havia poucas respostas. Os efeitos da narrativa que preponderou, num primeiro momento, teve reflexos diretos em vários ambientes, gerando debate no Superior Tribunal Militar - instituição responsável por julgar crimes militares.

A pesquisa qualitativa ora desenvolvida, que resultou neste artigo científico, teve como objetivo maior discutir os aspectos relacionados à manutenção da imagem positiva do Exército Brasileiro diante de constantes alterações vivenciadas em ambientes de conflitos cada vez mais irregulares e assimétricos. O trabalho é fruto de um estudo de caso sobre o episódio de Guadalupe, lançando um olhar sobre a cobertura jornalística do caso, os seus reflexos na opinião de diferentes atores e os impactos na imagem do Exército Brasileiro. Afinal, como define BENSO (1995, p.15) a reputação de uma instituição está entre os seus maiores patrimônios e a imagem institucional está diretamente ligada a essa reputação. Construir uma imagem positiva leva tempo e, segundo TORQUATO (2002, p.241), compatibilizar a forma como uma organização é percebida pelo público com a sua identidade, o que ela realmente é (seus valores e atitudes) é “um dos maiores desafios da comunicação moderna”. Nesse contexto, buscou-se analisar a narrativa preponderante na imprensa na cobertura do caso e suas consequências.

Com o presente estudo, pretende-se contribuir para as discussões em torno dos aspectos relacionados à manutenção da imagem positiva do Exército diante de constantes alterações vivenciadas no contexto nacional e internacional. A pesquisa resultou num apanhado de boas práticas recomendáveis na área de Comunicação, em casos de gerenciamento de crises.

2. METODOLOGIA

a. quanto à forma de abordagem: enquadra-se na modalidade qualitativa, uma vez que a solução do problema não foi calcada em fatores numéricos, mas feita a partir de uma leitura crítica das notícias veiculadas pela mídia;

b. quanto ao objetivo geral: este trabalho caracteriza-se como uma pesquisa do tipo descritiva que visa a análise, o registro e o estudo da percepção e opinião veiculada na imprensa e os impactos sobre a imagem do Exército no episódio dos 80 tiros; e

c. quanto à natureza: caracteriza-se por ser uma pesquisa do tipo aplicada, tendo como objetivo gerar conhecimentos para por em prática nos casos de gerenciamento de crise.

Com o objetivo de produzir conhecimentos com aplicação prática na área de Comunicação Institucional e dirigidos à solução de problemas reais, optou-se por um estudo de natureza aplicada, de caráter exploratório. Tendo em vista que o nível de realidade não pode ser quantificado, pois se trabalha com um universo de significados, motivos, crenças, valores e atitudes, o que corresponde a um espaço mais profundo das relações, dos processos que não podem ser reduzidos à operacionalização de variáveis (MINAYO, 2004, p.22), desenvolveu-se uma pesquisa qualitativa. As questões de estudo nortearam o trabalho, que buscou dados na literatura disponível, em documentos oficiais e nos veículos de comunicação.

Lançou-se mão da técnica de análise de discurso, tendo em vista a intenção de identificar a narrativa preponderante na cobertura de alguns dos principais veículos de imprensa brasileira de alcance nacional. Ressalta-se que, apesar de o episódio ter repercutido internacionalmente, o trabalho restringiu-se à cobertura feita pela imprensa brasileira.

Por tratar-se de um caso com ampla cobertura, são muitas as notícias sobre o "episódio dos 80 tiros". Buscou-se informações, desde o dia do incidente - 8 de abril de 2019 - até junho de 2019, em fontes abertas: agências, páginas de jornais e revistas na internet e publicações impressas, bem como páginas de rádios e TVs na rede mundial de computadores e documentos oficiais. Fez-se uma busca no Youtube, principal repositório de vídeos da *Web*. Selecionou-se notícias dos principais veículos de imprensa de circulação nacional, tais como: Agência Brasil, O Globo, O Estado de São Paulo (Estadão), Jornal Correio Braziliense, Portal G1, Portal Uol/Folha, Portal Terra, Poder 360, Revista Veja, Revista Istoé, Revista Exame, Band News FM, Record News. Vale ressaltar que nos veículos pertencentes ao mesmo grupo, como por exemplo do Sistema Globo, Band e

Record, a mesma notícia é veiculada em várias das suas plataformas (internet, TV, rádio).

De posse das reportagens, identificou-se os principais pontos da narrativa, onde convergiam, qual a mensagem preponderante e os reflexos na opinião de diversos atores, como autoridades do Executivo, Legislativo e do Judiciário. Paralelamente a isso, coletou-se a denúncia do Ministério Público Militar contra os militares envolvidos no episódio. Por outro lado, deu-se voz à defesa dos acusados, por meio de uma entrevista feita com o advogado. Vale destacar que a coleta de dados também foi feita junto à Seção de Comunicação Social do Comando Militar do Leste. Obteve-se as notas à imprensa emitidas no gerenciamento da crise.

A seleção das fontes de pesquisa também se baseou em publicações de autores que abordam conceitos de imagem, crise, gerenciamento de crises, conflitos irregulares, bem como manuais de Doutrina Militar. De forma a facilitar a compreensão e interpretação do material coletado, utilizou-se técnica de análise de discurso crítica, fundamentada na percepção da linguagem como parte irreduzível da vida social dialeticamente interconectada a outros elementos sociais.

3. REVISÃO BIBLIOGRÁFICA

Para a definição de termos, levantamento das informações de interesse e estruturação de um modelo teórico de análise será realizada uma revisão de literatura da seguinte forma:

a. Fontes de busca

- Páginas de jornais, revistas, rádios e agências na internet;
- Canais jornalísticos no youtube;
- Livros sobre comunicação, gerenciamento de crise, marketing;
- Manual de Doutrina Militar de Defesa. Brasília: MD, 2007.

b. Estratégia de busca para as bases de dados eletrônicas

A fim de realizar a busca sobre o assunto foi feita a localização de dados eletrônicos, por meio de fontes abertas na internet. A fim de otimizar essa busca, foram usados os seguintes termos descritores: “imagem”, “crise”, “gerenciamento de crise”, “STM julgamento militares”, “guerra irregular”, “Exército e os 80 tiros” e “80 tiros”.

c. Critérios de inclusão:

- Notícias publicadas em veículos de imprensa nacional até junho de 2019;
- Notas oficiais e notícias do MPM;
- Livros publicados em português.

d. Critérios de exclusão:

- Estudos, livros e notícias que não sejam relacionados ao gerenciamento de crise e ao incidente objeto desta pesquisa;
- Veículos regionais e internacionais de imprensa;
- Blogs e sites partidários e/ou particulares de notícias.

3.1 INSTRUMENTOS

Além da coleta de informações na literatura e na internet, aplicou-se a técnica de entrevista. Como as investigações do caso não haviam sido encerradas até a conclusão do presente estudo, surgiu a necessidade de se obter a versão dos militares envolvidos no episódio. Foram enviadas perguntas para o advogado de defesa para o levantamento de dados.

3.2 ANÁLISE DOS DADOS

Para analisar, compreender e interpretar o material qualitativo coletado, utilizou-se a técnica de análise de discurso crítica, prática linguística que visa a uma análise do contexto, abrangendo estrutura discursiva, espaço e momento cronológico para responder às hipóteses e encontrar uma solução à problemática levantada.

3.3 IMAGEM

“Uma imagem vale mais que mil palavras” – esse conceito popular, de autoria do filósofo, chinês Confúcio transmite com propriedade a ideia do poder da comunicação através das imagens. Mas o que é uma imagem, qual a sua importância?

A bibliografia é rica na definição desse tema e os diversos autores convergem no sentido de que imagem é um dos bens mais preciosos de uma organização, como afirma Aline Benso

A familiaridade e reputação do seu nome estão entre os maiores patrimônios de qualquer organização – lide diretamente ou não com o público. Todos são influenciados pela reputação ao escolher qualquer coisa que compre e em todas as associações que faz. (BENSO apud LESLY, 1995 p. 15).

A imagem está intrínseca nos valores e na missão e, como lembra Kunsch (2003), ela é uma questão de percepção “imagem tem a ver com o imaginário das pessoas, com as percepções. É uma visão intangível, abstrata das coisas, uma visão subjetiva de determinada realidade”. Ou seja, a imagem de uma instituição depende de como ela é percebida pelos seus públicos, é considerada a reputação de uma empresa/instituição/organização. Ela não pode ser confundida com identidade, que tem como princípios os valores, crenças e costumes de uma instituição, ou seja, o que de fato ela é.

Conciliar imagem e identidade é um dos maiores desafios da Comunicação, pois se reflete na marca do Exército. A percepção que o público tem da instituição,

com base nas experiências obtidas nas diversas formas de contato, formam o que chamamos de imagem, que Torquato define como sendo

(...) a projeção pública (o eco) da identidade do produto, que equivale ao território espacial em que circulam as mais diferentes percepções sobre o produto, os valores que imantam o conceito, as manifestações e apreciações sobre as suas qualidades intrínsecas e extrínsecas. (TORQUATO, 2002, p. 104).

A construção de uma imagem positiva leva tempo e pode ser ameaçada por qualquer erro na forma de estabelecer contato com a comunidade em que está inserida. “Um dos maiores desafios da comunicação moderna é compatibilizar a visibilidade de uma organização com a sua identidade” (TORQUATO, 2002, p.241). Segundo o autor, é preciso equilibrar a visibilidade e a identidade da empresa - importante para que a marca permaneça forte.

3.4 CRISE

Inúmeras são as definições sobre crise. Elas estão nos dicionários, em livros de comunicação e até em manuais de doutrina militar. Volta e meia, o inesperado acontece, no entanto, pouco nos preparamos para lidar com o repentino. Nesse sentido de acontecimento, crise pode ser entendida como o Cisne Negro de Taleb (2019, p.16) "algo que ocorre fora do âmbito das expectativas comuns, já que nada no passado pode apontar convincentemente para a sua possibilidade". O mesmo autor ressalta que passamos o tempo todo reunido em minúcias, concentrados no conhecido e no que se repete. isso implica na necessidade de utilizar-se o evento extremo como ponto de partida, e não tratá-lo como uma exceção que deve ser varrida para baixo do tapete (TALEB, 2019, p.16).

Aguilar (2014, p.16 apud PASKVALIN, 1998, p.5) traz definição de crise como “perigo” e “oportunidade”, importante ressaltar o ponto de que uma crise pode ser vista como potencial de transformação positiva. No dicionário Aurélio a definição do termo se dá como “conjuntura ou momento perigoso, difícil ou decisivo ou desacordo ou perturbação que obriga instituição ou organismo a recompor-se ou a demitir-se” (AURÉLIO, Dicionário Online).

Entre os fatores que caracterizam a crise estão, algumas vezes, imprevisibilidade, duração limitada e incidência sobre o funcionamento dos sistemas em curso, como foi o caso do confronto em Guadalupe. Trata-se de tudo aquilo que sai da normalidade e que exige “uma postura organizacional não rotineira para o gerenciamento integrado das ações de resposta” (AGUILAR, 2014 apud OLIVEIRA, 2009, p.16).

Toda crise acontece dentro de um contexto específico e exige de seus administradores decisões adequadas para que a situação se resolva. O fato é que elas chegam de surpresa e podem afetar as instituições, como cita Bonella (2015, p.31) “as crises confrontam as organizações com a surpresa, com o imprevisto, com os fatos que irrompem de forma chocante e que podem acarretar em experiências traumáticas e deixar marcas irreparáveis em entidades e personalidades”. Em grande parte, as crises chegam com informações insuficientes que dificultam um trabalho rápido e preciso dos gestores, rapidamente chamados a prestar esclarecimentos à mídia.

3.5 GERENCIAMENTO DE CRISES

De acordo AGUILAR (2014, pg.31 apud SELIGMAN, 1950, p.76-77), gerenciamento de crise é o “processo pelo qual a execução para um dado propósito é colocada em operação supervisionada ou saída combinada de vários tipos e graus de esforço humano, através do qual o processo é efetuado”.

Outras definições envolvendo crise e seu gerenciamento também podem ser consideradas se lançarmos um olhar sobre o Manual de Doutrina Militar de Defesa do Brasil que traz em um dos seus capítulos a definição do que chama “manobra de crise” que “consiste no processo de condução da crise e tem por finalidade básica conseguir uma paz vantajosa, evitando que ela evolua para o conflito armado” (BRASIL, 2007, pg.29). Para que haja uma ação eficiente, o Manual ressalta a necessidade de se criar uma estrutura adequada para tratar de casos de crise.

O componente principal dessa estrutura é o Gabinete de Crise. Composto por autoridades do mais alto nível do Estado, é o responsável pelas análises e decisões requeridas em função das evoluções dos quadros político e estratégico. (BRASIL, 2007, p.32).

Quando se trata de gerenciar crises de imagem, lida-se com a velocidade da informação. Ao contrário de, no passado, quando não existiam notícias em tempo real nem redes sociais, hoje “as crises de imagem se caracterizam por clima de comoção e por ampla difusão de informações, através dos veículos de comunicação” ROSA (2001, p.24).

3.6 GUERRA IRREGULAR

Com o advento da tecnologia, os meios de transmissão de mensagens se modernizaram. Hoje qualquer pessoa de posse de um *smartphone*, por exemplo, produz informação, divulga em tempo real e pode influenciar pensamentos. O público deixou de ser mero expectador e passou a produzir conteúdo. Esse ambiente impacta, muitas vezes, na singularidade da atividade militar. Os cenários não são mais previsíveis. As operações militares ocorrem em ambientes, cada vez mais, urbanizados. Conseqüentemente, o número de atores não estatais nas áreas de conflitos também aumentou.

Na chamada Era da Informação, os conflitos armados têm sido, portanto, cada vez mais irregulares, conforme descreve VISACRO (2018, p. 51) “a Revolução Industrial alterou a própria essência dos conflitos armados”, ou seja, os conflitos do século XXI não têm as mesmas características das guerras do século passado. A evolução tecnológica tornou mais dinâmica a transmissão das mensagens; surgiram novas plataformas de produção de conteúdo e, nos dias atuais, todo mundo é um formador de opinião – com suas particularidades ideológicas e embasamentos políticos.

Estudioso do assunto, Alessandro Visacro chama a atenção para a característica dos conflitos atuais. “Em vez da confrontação militar formal, o mundo vem assistindo a uma série de guerra irregulares, como terrorismo, guerrilha, insurreição...” Há de se concordar com o autor que os cenários que antes eram

mais previsíveis nos campos, onde o planejamento militar podia se basear em hipóteses de empregos claras, já não são mais assim. As ameaças são fragmentadas, permitindo atuação de diversos atores.

O Manual de Operações de Pacificação do Exército (EB20-MC-10.217, p.124) define como “guerra assimétrica” o que Visacro chama de guerra irregular “conflito caracterizado pelo emprego de meios não convencionais contra o oponente, normalmente pela parte que se encontra muito inferiorizada em meios de combate”.

Essas reflexões conceituais são importantes para entendermos como a atuação do Exército em cenários, onde há uma gama de atores envolvidos, com um mosaico de interesses, exige cada vez mais dos seus profissionais de Comunicação.

4. RESULTADOS E DISCUSSÃO

Comunicar sempre foi uma necessidade dos seres vivos, mas foram os homens que fizeram da comunicação um bem social, como cita José Marques de Mello

A intensidade e o refinamento das relações de troca, que ocorrem no bojo das transações capitalistas, as possibilidades de atuar e influir na vida da sociedade, que se afiguram na eclosão das revoluções burguesas, tornam a informação um bem social, um indicador econômico, um instrumento político...(MELLO, 1994, p.17).

No Brasil, os primeiros jornais possuíam produção artesanal, distribuição restrita, destinada ao apelo às causas políticas “Uma das mais importantes foi a luta pela abolição da escravatura, liderada por José do Patrocínio, que produziu textos de muito brilho e inteligência” (LUSTOSA, 1996, p.40 e 41). O jornalismo brasileiro passou por diversas fases. Pós-Revolução Industrial adotou caráter mais informativo. O cunho literário cedeu espaço para narrativas mais objetivas dos fatos. Com o desenvolvimento científico e tecnológico ocorrido no Século XX, que

proporcionou o aparecimento dos meios de comunicação eletrônicos, como o rádio e a televisão, a velocidade da comunicação aumentou e tornou-se maior com o advento da internet: surgiram agências de notícias, canais repositórios de vídeos e as redes sociais. Atualmente as notícias são veiculadas em tempo real, ou seja, tão logo ou durante a ocorrência dos fatos. Não se espera mais o dia seguinte para ir às bancas ver as manchetes. As pessoas acessam informações instantaneamente, onde quer que estejam, dos celulares, *tablets* ou computadores. A flexibilidade e capilaridade da internet possibilitam que, numa mesma plataforma digital, contenham-se texto da notícia, áudio e vídeo. Grandes grupos de Comunicação compartilham os dados em todas os seus veículos. Para esse universo não há fronteiras. Veículos de imprensa internacionais, regionais, blogs e perfis em redes sociais podem replicar todo o tipo de informação que julgarem adequados, pautando o conhecimento numa espécie de *agenda-setting* tão abordada pelo estudioso da Comunicação Mauro Wolf (1995, p.130) “as pessoas têm tendência para incluir ou excluir dos seus próprios conhecimentos aquilo que os *mass media* incluem ou excluem do seu próprio conteúdo. O pesquisador ressalta que essa hipótese apresenta às pessoas uma lista daquilo que é necessário se ter uma opinião ou discutir. Um veículo pauta o que será notícia em outro veículo, fazendo com que as agendas de assuntos de imprensa sejam sempre parecidas. O inesperado, o Cisne Negro de TALEB (2019), tende a chamar mais a atenção porque fogem do curso normal dos acontecimentos. Quando envolve instituições, exige das assessorias de comunicação um trabalho de gerenciamento de crise. Nessa esfera, chegamos ao objeto deste estudo.

4.1 A NARRATIVA DA IMPRENSA E REPERCUSSÃO

A imagem do veículo branco, de portas abertas, parado no meio da rua, crivado de balas; homens do Exército fardados portando fuzis; uma família chorando inconsolada. A cena rodou o país em poucos minutos. Na sequência, selecionamos os principais conceitos predominantes nos textos jornalísticos que trataram do tema. As palavras em *itálico* e grifadas referem-se ao veículo de notícia e às ideias sublinhadas e grifadas remetem aos referidos conceitos.

a. Execução, erro, descaso, família e vítimas

TV Globo (reproduzido pelo **G1** em 08 ABR 2019): “Exército prende 10 militares envolvidos em execução”, - “O carro é de uma família que estava a caminho de um chá de bebê. Seria apenas um programa de domingo à tarde se essa família não tivesse sido alvejada por tiros de fuzil, disparados por homens do Exército. Pelo menos 80, segundo a Polícia Civil”

Istoé (09 ABR 2019): “Exército prende dez militares envolvidos na morte de músico no Rio”,

“Por que o quartel fez isso? Os vizinhos vieram para nos socorrer mas eles continuaram disparando. Pedi a um deles: 'Ajuda meu marido!' Não fizeram nada, ficaram debochando”)

Terra (07 ABR 19): “Exército atira em carro, mata uma pessoa e fere outra no Rio”

- matéria informava que, contrariando o que dizia a nota do CML, morador da região havia divulgado vídeo nas redes sociais afirmando que as vítimas não eram assaltantes, “mas integrantes de uma família que estava dentro do carro”.

O Dia (09 ABR 19): “Uma família destruída - Viúva do músico Evaldo Rosa dos Santos, metralhado na tarde de domingo por militares, Luciana Nogueira denuncia Exército”

“Saí correndo com as mãos para o alto. As pessoas também começaram a gritar na rua. Mas eles não pararam de atirar. Estou desesperada”.

TV Globo (09 ABR 19) - replicada no **Estadão** e **Revista Exame**: “ao que tudo indica, os militares realmente confundiram o veículo com um veículo de bandidos”, mas logo concluiu que a família “era uma família normal, de bem, que acabou

sendo **vítima dos militares**”

“fica muito difícil tomar uma decisão diferente desta (prender), **não vejo uma legítima defesa** pela quantidade de tiros que foi. Os indícios apontam para uma **prisão em flagrante**”.

Istoé (09 ABR 19): “... Mas neste veículo estava uma família. Não foi encontrada nenhuma arma... **vítima dos militares**”

G1 (08 ABR 19): "determinei que a minha equipe realizasse a perícia e pedi que os nove que abordaram o veículo se apresentassem, mas eles **não o fizeram porque já tinham ido para as instalações do Exército**”

O Globo (09 ABR 19): Editorial

“Como podem agentes treinados para situações extremas de violência cometer **esse tipo de erro?**...Precisa ser apurado com rigor, para que se punam os responsáveis e se **criem protocolos capazes de impedir essa barbárie cometida por agentes do Estado contra cidadãos**”

Correio Braziliense (07 ABR 19): “Militares do **Exército atiram** contra automóvel e matam homem no Rio”

BandNews e UOL (08 ABR 19): “**Exército fuzila carro de família** em Guadalupe”

Veja (10 MAI 19): “MP denuncia militares que deram 83 tiros e mataram músico e catador no RJ”

“O sangue espirrou todo no meu filho. E os militares rindo, **eles rindo de mim**. Eu pedi gritando para eles socorrerem, e eles **não fizeram nada**” - Luciana Nogueira, viúva de Evaldo

Veja no Youtube (13 ABR 19): “**80, 80 tiros**”

- A reportagem começa com barulho de disparos de tiros de fuzil; mostra

manifestante segurando a **bandeira do Brasil manchada de sangue**, simulando os disparos, e se dirigindo aos gritos em protesto aos militares que estavam em uma patrulha. A narrativa segue falando sobre como foi o enterro do músico e traz o depoimento cunhado da vítima “...não tem **nenhum quartel, nenhum muquirana desses aí que foi lá procurar** (o pai hospitalizado) pra ver como ele tá, **pra ver como a minha irmã tá**, se precisa de um psicólogo, se precisa de uma ajuda

Folha de São Paulo (22 MAI 19): “ Calma amor, é o Exército...”

“Calma, amor, é o Exército”, disse a mulher do músico Evaldo Rosa dos Santos **depois que a primeira rajada de tiros atingiu o carro da família em uma área militar** em Guadalupe... Quando a gente vê alguém da polícia ou do **Exército, acha que está ali para nos proteger** ”

b. Politização, preconceito, racismo, contestação da lei e açodamento

A narrativa de execução tomou corpo e a tentativa de diversos atores de relacionar o ocorrido com o ambiente político do país ganhou forma. Comentaristas, especialistas em segurança pública, direitos humanos e entidades se manifestaram.

UOL (09 ABR 19): Blog do Reinaldo Azevedo

“Digamos que um episódio como este está de acordo **com a nova metafísica que Sérgio Moro quer no direito penal, que Wilson Witzel quer na Polícia e que Jair Bolsonaro quer**, de maneira geral, nas forças encarregadas de garantir a segurança e a ordem...**O discurso terrorista** em relação à segurança pública sempre resulta em tragédias contra inocentes. Não foi diferente desta vez”

Agência Brasil (08 ABR 19): “Comissão da Alerj quer que **Polícia Civil investigue ação** do Exército”

“Exigimos a investigação e responsabilização dos envolvidos. Casos como

esse mostram como **políticas de segurança baseadas no confronto, letalidade policial e no afrouxamento da investigação e responsabilização são nefastas.** Elas apenas nos fazem caminhar rumo à **Barbárie**”

Istoé (09 ABR 19): “Exército prende dez militares envolvidos na morte de músico no Rio

“Apesar de todos os bons serviços prestados pelas Forças Armadas na patrulha ostensiva no Estado do Rio, **a ONG Rio de Paz pede que toda a sociedade exija as autoridades, principalmente as que estão sob ordens do Ministério da Defesa,** todo o rigor na investigação dos fatos”

G1 (10 ABR 19): “A gente ia morrer junto, diz mulher no enterro do músico fuzilado pelo Exército no Rio”

- veículo noticia que o advogado iria tomar três medidas: **“transferir a investigação do caso da Justiça Militar para a Divisão de Homicídios,** promover uma ação contra o Comando Militar do Leste e tentar uma indenização imediata para a família do músico de 51 anos“

O Globo (09 ABR 19): **“Especialistas em direito e entidades reagem** a crime”

“De acordo com as normas internacionais, execuções extrajudiciais e outras graves violações de direitos humanos cometidas por militares das Forças Armadas **devem ser investigadas por autoridades civis e julgadas em tribunais civis.** Esse caso mostra, uma vez mais, **a necessidade de revogação da lei de 2017**” (trecho de nota emitida pela Ong de Direitos Humanos *Human Right Watches*)

“Polícia Civil e Ministério Público Estadual poderiam instaurar seus próprios inquéritos. Isso geraria um conflito que o Judiciário precisaria resolver” - Rodrigo Brandão, Professor de Direito Constitucional a UERJ

“Não é o papel constitucional do Exército. Além disso, **ações como a de domingo não acontecem em qualquer território da cidade.** Elas ocorrem

majoritariamente em áreas em que se concentra a **população negra e pobre**, numa **política de segurança pública baseada no confronto e na lógica de guerra**, com alta letalidade, sem impacto no quadro de violência” - Coordenadora da Área de Violência Institucional e Segurança Pública da Justiça Global, Isabel Lima

“Há um **racismo institucional por trás dessa operação. O Evaldo era negro**. A letalidade policial tem um corte de raça muito evidente, como se corpos negros valessem menos, fossem executados mais facilmente” - Rafael Borges, Presidente da Comissão de Segurança Pública da Ordem dos Advogados do Brasil - OAB

O DIA (09 ABR 19): “Uma família destruída”

“eles não podem ser **reprodutores de atividade sanguinolenta** como essa. A gente precisa **repensar esse modelo** para tentar oferecer, de certa forma, uma resposta útil para esse caso que não fique restringida à **punição dos militares** que se envolveram diretamente nele” - Rafael Borges, presidente da Comissão de Segurança da OAB

O Globo (09 ABR 19): Coluna do Ancelmo Gois **#VidasNegrasImportam**

- “Posts sobre a execução do músico Evaldo Rosa dos Santos, de 51 anos, geraram mais de 300 mil reações ontem no Twitter. A maioria absoluta, claro, de **revolta e exigindo justiça**”

Estadão (11 ABR 19) : “Quem paga a conta do **silêncio de Bolsonaro** sobre os ‘80 tiros’ são os militares e o Exército”

“Especialistas apontam para uma **escalada no uso da força pelos órgãos de segurança** no País. E para a **banalização do engajamento das Forças Armadas** em uma tarefa que não lhes cabe: a Segurança Pública”

UOL (10 ABR 19): “Pesquisadora sobre os 80 tiros: uma blitz dessa é um desastre previsível”

- Em seu blog, Maria Carolina Trevisan entrevista a Cientista Social, Silvia Ramos, especialista em Segurança Pública - Pesquisadora do Centro de Estudos da Segurança e Cidadania (CESeC), da Universidade Cândido Mendes

“Já se sabe porquê os soldados fuzilaram o músico negro..?”

“... bloqueios têm que ter protocolos... não é assim botando 11 homens fortemente armados no meio da rua, de repente parando carros... está evidente um problema técnico”

“A impunidade desses casos está relacionada aos discursos que relativa o uso excessivo da força, como os do presidente Jair Bolsonaro, do ministro Sérgio Moro e dos governadores Wilson Witzel e João Dória?”

c. Repercussão

Enquanto isso, em Brasília, centro político do País, o assunto era comentado nos bastidores dos três poderes. As notícias chegavam minuto a minuto. A imprensa procurava autoridades para repercutir o tema. O primeiro a se manifestar foi o ministro da Justiça, Sérgio Moro. Em entrevista ao programa “Conversa com o Bial” da TV Globo, o ministro falava do “Pacote Anticrime” que o governo havia entregue ao Congresso Nacional, ao que foi perguntado se a ação em que 80 tiros foram disparados poderia ser classificada como legítima defesa, episódio em que o apresentador chamou de “trapalhada assassina”

O Globo reproduzindo **TV GLOBO** (replicada no **G1** e **Estadão** em 10 ABR 19):

“As pessoas têm que ser punidas. Mas lamentavelmente esses fatos podem acontecer. Não se espera. Não se treina essas pessoas para que isso aconteça. Mas, tendo acontecido, o que conta é o que as autoridades fazem a

esse respeito, quais são as providências tomadas. E o **Exército está tomando as providências cabíveis**... **aparentemente não teria havido sequer uma situação de legítima defesa**” - Ministro da Justiça, Sérgio Moro

“(Moro é) Ministro da Justiça e da Segurança Pública de um **país injusto e inseguro**. Tão injusto e inseguro que a nossa entrevista gravada há quatro dias precisou ser atualizada hoje por causa de uma tragédia revoltante. Depois que **soldados do Exército deram 80 tiros num carro de família**, matando o pai e destruindo a família, nós tínhamos que ouvir a reação do ministro e do pai da família Sergio Moro — disse o jornalista ainda no início do talk-show (reproduzido)

Poder 360 (10 ABR 2019): Ministro da Defesa diz que músico morto por militares é **‘fato isolado’**

“Foi um acidente lamentável, triste, mas **foi um fato isolado no contexto das operações que os militares brasileiros foram envolvidos até agora**, e será apurado até as últimas consequências”.

G1 (10 ABR 19): “Ministro da Defesa diz que morte de músico alvejado por militares no Rio será apurada ‘até as últimas consequências’

“Tem um civil morto. Não estou escondendo isso. **Acho que nós fomos muito rápidos e muito precisos em ouvir todos em uma noite. Falei com o presidente isso e o presidente disse: ‘Apure o que tem de ser apurado’** – Fernando Azevedo e Silva, ministro da Defesa

CBN (13 ABR 19):

“O **Exército é do povo** e não pode pixar o povo de ser assassino, não. **Houve um incidente**, uma morte” - Jair Bolsonaro, presidente da República

Exame (com informações do ***Estadão*** e ***CBN*** em 13 ABR 19):

“Sob forte pressão e sob forte emoção **ocorrem erros dessa natureza**... Houve uma série de disparos contra o veículo da família, então você vê que **foram disparos péssimos**, né? Porque, **se fossem disparos controlados e com a devida precisão, não teria sobrado ninguém**, o que seria ainda pior a tragédia... - Amilton Mourão, vice-presidente da República

UOL (13 ABR 19): “Comandante de ação com 80 tiros no RJ **‘deu uma bobeadá’**, diz general Heleno”

“Isso **não é atitude do Exército normal**. Aconteceu, né? O **comandante deu uma bobeadá, os soldados provavelmente, se aconteceu, não estavam preparados**, isso **não quer dizer que o Exército avaliza isso**” - Augusto Heleno, ministro do Gabinete de Segurança Institucional

O Globo (09 ABR 19) : Coluna do Ancelmo Gois

“O Rio de Paz fará um grande ato amanhã... **manifestantes reunirão 80 bandeiras furadas**, numa alusão aos 80 tiros disparados: ‘Qual é a garantia que a população tem que isso não vai se repetir?’” questiona Antonio Carlos Costa, diretor da ONG

O Dia (10 ABR 19): “Viúva lamenta que Exército não fez contato com a família”

- notícia que **“Moradores da Comunidade do Muquiço planejam levar cartazes e bandeiras furadas, simbolizando os tiros que foram desferidos pelos militares”**

O julgamento do pedido de Habeas Corpus dos 10 militares envolvidos no episódio teve início em 8 de maio de 2019, mas foi interrompido por pedido de vista e prosseguiu em 23 de maio de 2019. O debate no Plenário da Corte mostrou que uma autoridade, menos conhecedora dos valores do Exército Brasileiro, portanto da sua identidade, teve a percepção embasada na imagem criada pela narrativa jornalística – o que provocou reações.

Folha de SP (08 MAI 19): “STM adia julgamento de soltura de militares que deram 80 tiros contra músico”

“excesso claro e evidente (no episódio)” – Elisabeth Rocha, ministra do STM

“O homicídio aconteceu quando **tentavam salvar um civil da prática de um crime de roubo**. Pela razão apontada **não subsiste risco à disciplina militar**

(com a soltura dos envolvidos)” - Lúcio Mário Góes, ministro relator do caso

“Não pode a história da **Justiça Militar ceder ao repentino clamor da opinião pública, porque está sujeita ao efeito do impacto midiático**” – Roberto Coutinho, vice-procurador-geral do MPM

“A **imprensa usa o caso para macular as Forças Armadas**” – Paulo Henrique Pinto, advogado de defesa

BBC Brasil (15 MAI 19): “Não podemos ignorar o **Estado fuzilando civis**”, diz ministra que votou por prisão de militares que mataram músico e catador”

“Eu **compartilho da indignação popular**. O que aconteceu realmente não pode ser ignorado. Foi o Estado fuzilando cidadãos...”, Elizabeth Rocha, ministra do STM

A retomada do julgamento do Habeas Corpus foi transmitido ao vivo pela internet. A narrativa predominante de que os militares tinham “assassinado” numa comunidade do Rio de Janeiro (ambiente assimétrico de conflito) porque a vítima era negra e pobre norteou o voto da ministra Elizabeth Guimarães Rocha

Estadão (27 MAI 19): “ Ministra do STM aponta **visível manipulação de provas** no caso dos 80 tiros”

“lamentavelmente, as minorias ainda são estigmatizadas em um país feito o nosso. Quando o **negro, pobre**, no subúrbio do Rio de Janeiro é confundido com um assaltante, **eu tenho dúvida se isso ocorreria com um loiro de olho azul em Ipanema, vestindo uma camisa Hugo Boss**” - ministra do STM, Elisabeth Rocha

“Acho que **existia, sim, ainda um determinante racial, um determinante socioeconômico** que confere identidades equivocadas no nosso País a determinados indivíduos...” - Elizabeth Rocha

“Durante o auto de prisão em flagrante, ao **utilizarem-se da mentira**, que inclusive comprometeu o Comando Militar do Leste, comprometeu a própria credibilidade do Exército, eles influíram para que viessem aos autos três fotos de

viaturas atingidas...uma tentativa **visível de manipulação de provas**” - Elizabeth Rocha

“Existe um IPM (Inquérito Policial Militar) referente ao incidente da manhã. Não houve nenhum tipo de manipulação, de tentativa, de nada disso. **A ministra pré-julgou o caso, já condenou os militares** sem que o processo tenha seu curso normal...” - Paulo Henrique Pinto, advogado de defesa

4.2 MANIFESTAÇÃO DO MPM

Em depoimento à Justiça, os militares contaram que, na manhã de 8 de abril, haviam sido atacados a tiros por traficantes da região durante patrulha na rua em que ficam os apartamentos funcionais de alguns praças do Exército. A área é hostil e dominada pelo tráfico de drogas – ambiente do conflito irregular de VISACRO (2018). Conforme depoimento à Justiça Militar (APF...,2019), no período da tarde, quando “o grupo levava o almoço e o efetivo de militares que substituiria aquele que estava de serviço fazendo ações de segurança dos PNR”, foram alertados “por um veículo que trafegava no sentido oposto da via que, logo a frente, ocorria um roubo”. Ao se depararem com a cena do roubo e avistado homens armados, os militares agiram e trocaram tiros com os assaltantes, que entraram no veículo e saíram em disparada. Alguns disparos teriam atingido outro veículo que, no mesmo momento, acessava a mesma via metros à frente, mas que devido a uma curva, não havia sido avistado. Nesse carro estava o músico e a família que, segundo relatos, iam para um chá de bebê. Ao se aproximarem do veículo, minutos depois, os militares teriam se confundido, disparado e acertado o motorista e um catador de recicláveis que, de acordo com relatos de pessoas da comunidade, teria partido em direção ao veículo em socorro à primeira vítima. Essas informações só vieram à público, dias depois, no transcurso das investigações. No entanto, a narrativa predominante na cobertura inicial da imprensa brasileira influenciou também na condução do processo. Órgão juridicamente encarregado de apurar crimes militares, conforme Lei Complementar Nº 75/1993, o Ministério Público Militar (MPM) teve sua competência questionada por integrantes do Judiciário,

entidades e denominados especialistas. O ataque mais intenso se deu quando, em abril, o MPM recomendou a liberação dos militares acusados para responderem o processo em liberdade. No parecer do subprocurador, segundo noticiou o Portal Terra, “os militares não descumpriram as regras de conduta, porque “tentavam salvar um civil da prática de um crime de roubo” (GRELLET, 2019) .

O Ministério Público Federal e o Ministério Público Estadual do Rio de Janeiro tentaram assumir as investigações levando o Ministério Público Militar a recorrer ao Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP) para garantir a sua autonomia prevista em lei. A alegação era de que a elucidação do caso estaria comprometida por se tratar de militares investigando militares, numa espécie de corporativismo.

O documento protocolado ontem, assinado pelo procurador-geral de Justiça Militar, Jaime de Cassio Miranda, ressalta que se trata de um crime militar e que o MPM atuou desde o início das investigações junto ao Exército. O procurador também reafirma a competência para o processamento e julgamento à Justiça Militar da União. (SABOIA, 2019).

A Reclamação para Preservação da Autonomia do Ministério Público foi deferida pelo CNMP, conforme noticiado no site do próprio MPM (RECLAMAÇÃO...,2019). Apesar de terem respondido ao processo em liberdade, o Ministério Público ofereceu denúncia contra os acusados. Até a conclusão desta pesquisa o processo ainda estava em curso; testemunhas, sendo ouvidas.

4.3 MANIFESTAÇÃO DA DEFESA

Nesta entrevista, o advogado Paulo Henrique Pinto de Mello dá as suas impressões sobre o caso. Na sua visão, a cobertura feita pela imprensa influenciou na percepção das autoridades envolvidas na condução do processo. Especialista em atender causas militares, Pinto de Mello foi um dos agraciado no mês de maio com uma condecoração do Ministério da Defesa – mesmo período em que todas as atenções estavam voltadas para o “incidente dos 80 tiros”. O assunto repercutiu negativamente na imprensa, apesar de o órgão federal ter dito que a concessão

não tinha ligações com o episódio no Rio de Janeiro, pois a comenda teria sido definida antes do advogado assumir o caso (PRAZERES, 2019).

Pesquisadora - Qual a versão da Defesa sobre o caso?

Pinto de Mello - A defesa está trabalhando com a prova até aqui produzida nos autos em especial aquela trazida pelo MPM, que fez uma denúncia prematura, conduzida pela imprensa, e que não tem se sustentado por ocasião das audiências. Até aqui a prova tem mostrado que os militares agiram no estrito cumprimento do dever legal, e em legítima defesa própria e de terceiros de forma continuada. Importante destacar que sequer pode ser dito ter ocorrido omissão de socorro. Importante observar que a execração pública desses jovens militares tem sido a maior dificuldade para a defesa. Infelizmente tem até ministros, em especial a ministra, querendo fazer desse processo em detrimento desses militares, palanque de auto afirmação da Justiça Castrense.

Pesquisadora - Na opinião da Defesa, a narrativa que preponderou na opinião pública, num primeiro momento, foi positiva ou negativa para a imagem do Exército?

Pinto de Mello - infelizmente a imprensa, antes de qualquer apuração mínima que fosse, tentou deturpar a realidade, associar o Exército ao resultado de modo pejorativo, sabe-se por qual interesse político. Esse fato instigou até afirmações da ministra do STM, repudiada por este defensor e por outros ministros, de que as mortes ocorreram por se tratar de “pobres e negros”. Essas afirmações atingiram todo mundo, na nossa humilde opinião, visando atingir politicamente o Chefe Supremo das Forças Armadas. Até mesmo a minha pessoa foi atacada como “Governo Bolsonaro condecora advogado de executores ...” veja no (Portal) UOL. Porém, pela relevância da instituição, e pelos comentários decorrentes, parece-nos que ficou no campo da tentativa de atingir, mas sem êxito.

Pesquisadora - Passados dois meses, essa percepção mudou?

Pinto de Mello - até mesmo para a imprensa essa visão de execução sumária não se sustenta, a ponto de me abordarem para ouvir a posição de qualquer um dos militares, infelizmente, réus nesse processo. Digo isso pelo fato de, a cada audiência, receber a abordagem dos repórteres nesse sentido, de perceberem que não se trata de uma execução pura e simples como quer fazer crer o MPM.

4.4 ATUAÇÃO DO CML

Uma crise estava instalada e precisava ser gerenciada. Tão logo recebeu as primeiras informações, o Comando Militar do Leste (CML) emitiu nota à Imprensa, recurso bastante utilizado na comunicação oficial – é uma espécie de pronunciamento institucional para dar satisfação à opinião pública. O CML teve que lidar com a velocidade com que os dados surgiam em meio a um clima de comoção, permeado por ampla difusão de informações por parte da imprensa, semelhante ao que descreve ROSA (2001, p.24) quando se refere a crises de imagem.

No total, três notas foram emitidas (Apêndice A) entre os dias 7 e 8 de abril, conforme as informações iam chegando à Seção de Comunicação Social, setor encarregado de tratar do atendimento à mídia. Elas foram amplamente divulgadas em todos os veículos, os quais destacavam que o caso estava sendo apurado pela Polícia Judiciária Militar “O MPM já foi informado e está supervisionando a condução das oitivas” (DELEGADO..., 2019).

4.5 BOAS PRÁTICAS EM GERENCIAMENTO DE CRISES

Lidar com o inesperado é desconfortável num primeiro momento, requer acima de tudo serenidade para melhor conduzir o processo. Esse é o primeiro ensinamento que estudiosos do assunto abordam quando se fala em gerenciamento de crises. O tempo passa rapidamente, as dúvidas são diversas, é preciso agir. Controlar os ânimos é fundamental para raciocinar corretamente.

O segundo passo a seguir é acionar um gabinete de gerenciamento de crise, como destaca o Manual de Doutrina Militar de Defesa (BRASIL, 2007, p.32). Integrante desse gabinete, o Oficial de Comunicação precisa trabalhar com um fluxo ágil de informações, de forma a possibilitar respostas rápidas e precisas à imprensa. O tempo para decisões é pequeno e os responsáveis por sua administração têm que fornecer respostas verdadeiras e adequadas, não agravando ainda mais o ocorrido.

Coletam-se os dados, emite-se uma “Nota à imprensa” curta e objetiva, atendendo à procura por uma posição institucional, demonstrando-se transparência e boa vontade. Os demais atuadores do gabinete verificam de que forma podem-se buscar ações, nas suas respectivas áreas, para amenizar os impactos do acontecido na imagem institucional.

Conforme os dados chegam e a situação evolui, escolhe-se um Porta Voz para o contato com a imprensa. Esse deve não só ter capacidade de se comunicar de forma clara e objetiva, mas também possuir uma imagem que transmita confiança e credibilidade. Conforme a necessidade, esse profissional atualizará as informações sobre ações iniciais adotadas, buscando sempre a transparência e responsabilidade institucional.

Por fim, conforme a necessidade e dependendo do grau de sensibilidade do caso, se houver informações que sustentem uma coletiva de imprensa, pode-se avaliar a possibilidade de realizá-la, colocando à disposição dos jornalistas os representantes dos setores envolvidos integrantes desse gabinete de crise, de forma a dirimir dúvidas dos jornalistas e ser a principal fonte de informação.

5. CONCLUSÃO

A partir da realização de um estudo de caso sobre a cobertura jornalística foi possível responder as questões de estudo propostas, cumprir os objetivos estabelecidos de forma específica e atingir o objetivo geral de analisar os impactos do episódio dos “80 tiros” junto à opinião pública e seus reflexos na antecipação da culpabilidade dos militares. Da análise dos resultados, responde-se afirmativamente ao problema de pesquisa, na medida em que a cobertura feita pela imprensa, num primeiro momento, quando poucas informações havia sobre o ocorrido, repercutindo imediatamente o assunto com fontes que sequer tinham informações, influenciaram diretamente na percepção das pessoas e contribuíram para formar uma narrativa bastante negativa para a imagem do Exército Brasileiro - “imagem tem a ver com o imaginário das pessoas, com as percepções. É uma visão intangível, abstrata das coisas, uma visão subjetiva de uma determinada realidade” (KUNSCH, 2003).

A sensibilidade do caso provocou esse tipo de cobertura que influenciou diversos atores, como integrantes do Judiciário e do próprio Poder Executivo Federal – esses foram mais cautelosos nas opiniões, tendo em vista conhecerem a cultura institucional e, portanto, procuraram tratar o caso como isolado. No entanto, verificou-se um julgamento açodado nas matérias e nos textos opinativos, impactando, conseqüentemente, na formação de uma imagem um tanto distorcida da realidade - um Exército Brasileiro “executor”, “fuzilador”, que atacava “pobres” e “negros”, demonstrando-se desconhecimento da formação dessa instituição secular que abriga homens e mulheres de diferentes etnias e classes socio-econômicas.

A narrativa predominante também se refletiu na contestação quanto à competência do Ministério Público Militar de conduzir as investigações e nos debates que se seguiram no Pleno do STM. Nesse último, ficou ainda mais evidente a influência nos debates, numa tentativa de levar o incidente para o campo da politização, acrescida de uma certa dose de preconceitos, ligando Exército e governo federal e, dessa forma, sustentando-se críticas a planos de governo e defendendo-se a revogação da lei que concede segurança jurídica à atuação das Forças Armadas em operações. Portanto, a situação evoluiu do ambiente do conflito para outras esferas, tomando grande proporção.

O Exército teve que adotar de imediato ações de Comunicação visando a reduzir os impactos negativos do episódio, de forma a não contaminar a sua imagem, construída com base nos excelentes serviços prestados à Nação ao longo da história. Notas foram emitidas pela Seção de Comunicação, conforme os fatos iam se tornando mais visíveis, numa demonstração de preocupação com a transparência. Houve a necessidade de se gerenciar uma crise “é colocada em operação supervisionada ou saída combinada de vários tipos e graus de esforço humano, através do qual o processo é efetuado” (AGUILAR, 2014, pg.31).

Ambientes hostis, como o qual os militares tinham se deparado na patrulha à área dos apartamentos funcionais em Guadalupe (e não realizando “blitz” ou no emprego de missões “que não são constitucionais do Exército”, como ecoaram), são cada vez mais comuns. Tratam-se de áreas sujeitas a diferentes atuadores. O espaço do conflito pode ser chamado de espaço da guerra moderna, do combate irregular ou da guerra irregular (VISACRO,2018). Por isso, a presença da população, da imprensa e de outros atores no ambiente operacional aumenta a

possibilidade de danos colaterais e implica atenção especial na manutenção da imagem positiva do Exército diante das constantes alterações vivenciadas no contexto nacional e internacional.

Gerenciar crises envolve uma postura não rotineira à organização, portanto é preciso trabalhar, sempre que possível, de forma a identificar problemas potenciais que podem dar origem ao repentino. Um setor de Comunicação, dentro do possível, deve antecipar situações. Os assessores devem estar atentos às mudanças na velocidade da informação impostas pelas novas tecnologias. A pressão por respostas mais céleres e precisas à sociedade aumenta nos momentos de tensão. No entanto, sabe-se que crises podem ter diferentes origens, por isso, entre os princípios básicos para os seus administradores está: agir de forma serena, acionar um gabinete de crise, coletar dados, emitir notas à imprensa, nomear um Porta Voz para falar em nome da instituição e, dependendo do grau de sensibilidade do caso e conforme a situação se desdobra, avaliar a possibilidade de convocar uma coletiva de imprensa com os integrantes do grupo de crise. O mais importante é demonstrar boa vontade, transparência e buscar ser a principal fonte de informação.

no que se refere à assessoria de comunicação, é relevante buscar ser a principal fonte de informação à mídia...colaborar para eliminar as desconfianças e a desinformação; manter a unidade de voz e retórica entre os porta-vozes e buscar total sintonia e unidade na comunicação, no discurso e na retórica; lembrar-se de que o Exército dispõe de um sólido sistema de valores e que seus valores são permanentes. (BONELLA, 2015, p. 190).

Para concluir, vale destacar que o tema tratado neste artigo é amplo do ponto de vista de Comunicação. Fez-se um recorte do universo do caso restringindo-se à análise da cobertura jornalística. Portanto, o assunto não se esgotou neste trabalho e é possível de ser objeto de outros estudos.

REFERÊNCIAS

AGUILAR, Sérgio Luiz. Gerenciamento de Crises – O Terremoto no Haiti. São Paulo: Ed Porto de Idéias, 2014.

AURÉLIO. Dicionário do Aurélio Online. Disponível em: <https://dicionariodoaurelio.com/> . Acesso em 09 de jul de 2019.

AUTO de Prisão em Flagrante. Ministério Público Militar. Disponível em: <http://www.mpm.mp.br/portal/wp-content/uploads/2019/05/denuncia-quadalupe.pdf>>. Acesso em: 14 de mai. de 2019.

AZEVEDO, Reinaldo. Forças do Exército que matam inocente e a metafísica Moro-Witzel-Bolsonaro. Portal UOL. Disponível em: <https://reinaldoazevedo.blogosfera.uol.com.br/2019/04/09/forcas-do-exercito-que-matam-inocente-e-a-metafisica-moro-witzel-bolsonaro/>>. Acesso em: 25 de jun. de 2019.

BARBIÉRI, Luiz F. Ministro da defesa diz que morte de músico alvejado por militares no Rio será apurada “até as últimas consequências”. Portal G1. Disponível em: <https://g1.globo.com/politica/noticia/2019/04/10/lamentavel-incidente-diz-ministro-da-defesa-sobre-disparos-que-mataram-musico-no-rio.ghtml>>. Acesso em: 24 de jun. de 2019.

BARREIRA, G.; COELHO, H. A gente ia morrer junto, diz mulher no enterro do músico fuzilado pelo Exército no Rio. Portal G1. Disponível em: <https://g1.globo.com/rj/rio-de-janeiro/noticia/2019/04/10/carro-fuzilado-musico-e-enterrado-e-presos-sao-ouvidos-na-justica-militar-nesta-quarta.ghtml>>. Acesso em: 25 de jun. de 2019.

BENSO, Aline. A Imagem e a Identidade das Marcas na Perspectiva da Comunicação Organizacional: Um Estudo do Grupo MB Confecções. Disponível em <https://docplayer.com.br/40926314-A-imagem-e-a-identidade-das-marcas-na-perspectiva-da-comunicacao-organizacional-um-estudo-do-grupo-mb-confeccoes-1.html> . Acesso em: 20 jul.2019

BRASIL, Exército. Manual de Operações de Pacificação do Exército - 20-MC-10.217.

BRASIL. Lei Complementar nº 75, de 20 de maio de 1993.

BRASIL. Lei nº 13.491, de 13 de outubro de 2017.

CAMPOS. João Pedroso de. MP denuncia militares que deram 83 tiros e mataram músico e catador no RJ. Revista Veja. Disponível em: <https://veja.abril.com.br/brasil/mp-militar-denuncia-militares-que-deram-83-tiros-e-mataram-musico-no-rio/>>. Acesso em: 10 de mai. de 2019.

CALMA, amor, é o Exército, disse ao ouvir tiros viúva de músico fuzilado no Rio. Folha de São Paulo. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2019/05/calma-amor-e-o-exercito-disse-ao-ouvir-tiros-viuva-de-musico-fuzilado-no-rio.shtml>>. Acesso em: 25 de jun. de 2019.

COLETTA, Ricardo D. STM adia julgamento de soltura de militares que deram 80 tiros contra músico. Folha de São Paulo. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2019/05/stm-adia-julgamento-de-soltura-de-militares-que-deram-80-tiros-contramusico.shtml>>. Acesso em: 12 de mai. de 2019.

COMISSÃO da Alerj quer que Polícia Civil investigue ação do Exército. Agência Brasil. Disponível em: <<http://agenciabrasil.ebc.com.br/geral/noticia/2019-04/comissao-da-alerj-quer-que-policia-civil-investigue-acao-do-exercito>>. Acesso em: 24 de jun. de 2019.

DELEGADO diz que tudo indica que Exército fuzilou carro de família por engano. Portal G1. Disponível em: <<https://g1.globo.com/rj/rio-de-janeiro/noticia/2019/04/08/delegado-diz-que-tudo-indica-que-exercito-fuzilou-carro-de-familia-por-engano-no-rio.ghtml>>. Acesso em: 22 de jun. de 2019.

EDITORIAL. Exército precisa investigar com rigor fuzilamento de músico. O Globo. Disponível em: <<https://oglobo.globo.com/opiniao/exercito-precisa-investigar-com-rigor-fuzilamento-de-musico-23583440>>. Acesso em: 22 de jun. de 2019.

ESPECIALISTAS em direito e entidades reagem a crime. O Globo, Rio de Janeiro, ano 19, n. 31.291, p. 14, 9 abril 2019

EXÉRCITO atira em carro, mata uma pessoa e fere outra no Rio. Portal Terra. Disponível em: <https://www.terra.com.br/noticias/brasil/cidades/exercito-atira-em-carro-mata-uma-pessoa-e-fere-outra-no-rio_58864f475c2e4f1a6416e2690d3228b8ruxl87o8.html>. Acesso em 15 mai. de 2019

GODOY, Marcelo. Quem paga a conta do silêncio de Bolsonaro sobre os “80 tiros” são os militares e o Exército. O Estado de S. Paulo. Disponível em: <<https://politica.estadao.com.br/noticias/geral,quem-paga-a-conta-do-silencio-de-bolsonaro-sobre-os-80-tiros-sao-os-militares-e-o-exercito,70002787112>>. Acesso em: 10 de mai. de 2019.

GOIS, Ancelmo. Vidas Negras Importam. O Globo, Rio de Janeiro, ano 19, n. 31.291, 9 abril 2019.

GRELLET, Fábio. MP pede liberdade para acusados de matar músico com 80 tiros. Portal Terra. Disponível em: <<https://www.terra.com.br/noticias/brasil/cidades/mp-militar-pede-liberdade-para-acusados-de-matar-musico-com-80-tiros-diz-advogado,b099c918422f18c1fabcdf0aef3ac13dwivi1wg4.html>>. Acesso em: 24 de jun de 2019.

JANSEN, Roberta. Tudo indica que militares confundiram o carro da família com o de assaltantes', diz delegado. O Estado de S. Paulo. Disponível em:<<https://brasil.estadao.com.br/noticias/geral,tudo-indica-que-militares-confundiram-o-carro-da-familia-com-o-de-assaltantes-diz-delegado,70002783415>> . Acesso em 15 mai. de 2019.

KUNSCH, Margarida Krohling. Planejamento de relações públicas na comunicação integrada. São Paulo: Summus, 2003.

LUSTOSA, Elcias. O Texto da Notícia. Brasília; Editora UnB, 1996, 192 p.

MACEDO, Fausto. Ministra do STM aponta visível manipulação de provas no caso dos 80 tiros. Estadão. Disponível em: <<https://politica.estadao.com.br/blogs/fausto-macedo/ministra-do-stm-aponta-visivel-manipulacao-de-provas-no-caso-dos-80-tiros/>>. Acesso em: 27 de jun. de 2019.

MELLO, José Marques de. A Opinião no Jornalismo Brasileiro; 2ª edição; Petrópolis, Editora Vozes, 1994, 208 p.

MORO diz que fuzilamento com 80 tiros não se enquadraria em distuações de legítima defesa previstas por pacote anticrime. O Globo. Disponível em: <<https://oglobo.globo.com/rio/moro-diz-que-fuzilamento-com-80-tiros-nao-se-enquadraria-em-situacoes-de-legitima-defesa-previstas-por-pacote-anticrime-23587520>>. Acesso em: 10 de mai. de 2019.

MOURÃO sobre os “80 tiros”: Se fossem precisos, não teria sobrado ninguém. Revista EXAME. Disponível em: <<https://exame.abril.com.br/brasil/mourao-sobre-80-tiros-se-fossem-precisos-nao-teria-sobrado-ninguem/>>. Acesso em: 11 de mai. de 2019.

MINAYO, Maria Cecília de Souza; et al. Pesquisa social: teoria, método e criatividade. 23. ed. Petrópolis, RJ, Vozes, 2004.

MINISTÉRIO DA DEFESA. MD51-M-04– Doutrina Militar de Defesa. Brasília, 2007.

MINISTÉRIO PÚBLICO MILITAR. Denúncia. MPM. Disponível em: <<http://www.mpm.mp.br/portal/wp-content/uploads/2019/05/denuncia-guadalupe.pdf>>. Acesso em: 9 de jul de 2019.

MINISTRO da Defesa diz que músico morto por militares é “fato isolado”. Poder 360. Disponível em: <<https://www.poder360.com.br/governo/ministro-da-defesa-diz-que-musico-morto-por-militares-e-fato-isolado/>>. Acesso em: 24 de mai. de 2019.

O Exército prende 10 militares envolvidos em execução. Portal G1. Disponível em: <<https://g1.globo.com/jornal-nacional/noticia/2019/04/08/exercito-prende-10-militares-envolvidos-em-execucao-de-musico-no-rio.ghtml>>. Acesso em 15 de mai. de 2019.

80 tiros e nenhuma desculpa. Vejapontocom. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=PqCiTSCWFe8>> . Acesso em: 25 de jun. de 2019.

PASSARINHO, Nathalia. Não podemos ignorar o Estado fuzilando civis', diz ministra que votou por prisão de militares que mataram músico e catador. BBC Brasil. Disponível em: <<https://www.bbc.com/portuguese/brasil-48273580>> . Acesso em: 26 de jun. de 2019.

PIERRE, Eduardo. Veja o que se sabe sobre a ação do Exército que matou músico e deixou 2 feridos no Rio. Portal G1. Disponível em: <<https://g1.globo.com/rj/rio-de-janeiro/noticia/2019/04/08/veja-o-que-se-sabe-sobre-a-acao-do-exercito-com-morte-no-rio.ghtml>>. Aceso em: 22 de jun. de 2019.

PINHO, Christiano. Exército fuzila carro de família e mata músico em Guadalupe. Bandnews FM. Disponível em: <<https://bandnewsfmrio.com.br/editorias-detalhes/exercito-fuzila-carro-de-familia-e-mata-music>>. Acesso em: 10 de mai. de 2019.

PRAZERES, Leandro. Governo Bolsonaro condecora advogado de suspeitos de matar músico no Rio. Portal UOL. Disponível em: <<https://noticias.uol.com.br/cotidiano/ultimas-noticias/2019/04/18/governo-bolsonaro-condecora-advogado-de-suspeitos-de-matar-musico-no-rio.htm>>. Acesso em: 22 de jun. de 2019.

PRESS, Agência France. Exército prende dez militares envolvidos na morte de músico no Rio. Revista Istoé. Disponível em: <<https://istoe.com.br/exercito-prende-dez-militares-envolvidos-na-morte-de-musico-no-rio/>> . Acesso em 15 de mai. de 2019.

_____ Exército prende dez militares envolvidos na morte de músico no Rio. Revista Istoé. Disponível em: <<https://istoe.com.br/exercito-prende-dez-militares-envolvidos-na-morte-de-musico-no-rio/>>. Acesso em: 24 de jun. de 2019.

ROSA, Mário. A síndrome de Aquiles: como lidar com crises de imagem. São Paulo: Gente, 2001.

RECLAMAÇÃO do MPM para sustar investigação do MPF nas mortes em Guadalupe é deferida liminarmente pelo CNMP. MP Militar – Ministério Público da União, 2019. Disponível em <<http://www.mpm.mp.br/reclamacao-do-mpm-para-sustar-investigacao-do-mpf-nas-mortes-em-guadalupe-e-deferida-liminarmente-pelo-cnmp/>>. Acesso em: 30 de mai. de 2019.

SABÓIA, Gabriel. MP Militar se queixa e pede autonomia para investigar morte de músico no RJ. Portal UOL. Disponível em: <<https://noticias.uol.com.br/cotidiano/ultimas-noticias/2019/05/14/mp-militar-vai-a-justica-por-investigacao-sobre-assassinato-de-musico-no-rj.htm>>. Acesso em: 14 de mai. de 2019.

SOUZA, Renato. Militares do Exército atiram contra automóvel e matam homem no Rio. Correio Braziliense. Disponível em: <<https://www.correiobraziliense.com.br/app/noticia/brasil/2019/04/07/interna-brasil,748035/militares-do-exercito-atiram-contr-a-automovel-e-matam-homem-no-rio.shtml>>. Acesso em 22 de mai. de 2019.

TALEB, Nassim. A Lógica do Cisne Negro – o impacto do altamente improvável. Rio de Janeiro: BestBusiness, 18ª Ed, 2019.

TORQUATO, Gaudêncio. Tratado de comunicação organizacional e política. São Paulo: Pioneira, 2002.

TREVISAN, Maria C. Pesquisadora sobre os 80 tiros: “uma blitz dessa é um desastre previsível”. UOL. Disponível em: <<https://mariacarolinatrevisan.blogosfera.uol.com.br/2019/04/10/pesquisadora-sobre-os-80-tiros-uma-blitz-dessa-e-um-desastre-previsivel/>> . Acesso em: 25 de jun. de 2019.

UMA família destruída. O Dia. Rio de Janeiro, ano 19, p.3, 9 de abril 2019.

VECCHIOLI, D.; ADORNO, L. Comandante de ação com 80 tiros no RJ “deu uma bobeadada”, diz general Heleno. Portal UOL. Disponível em: <<https://noticias.uol.com.br/politica/ultimas-noticias/2019/04/13/comandante-de-acao-com-80-tiros-no-rj-deu-uma-bobeadada-diz-general-helena.html>>. Acesso em: 11 de mai. de 2019.

VISACRO, Alessandro. A Guerra na Era da Informação. São Paulo: Editora Contexto, 2018.

VIÚVA lamenta que Exército não fez contato com a família. O DIA. Disponível em: <<https://odia.ig.com.br/rio-de-janeiro/2019/04/5633234-viuva-lamenta-que-exercito-nao-fez-contato-com-familia.html>>. Acesso em: 11 de mai. de 2019.

WOLF, Mauro. Teorias da Comunicação; 4ª edição; Lisboa; Editorial Presença LDA, 1995, 247p.

APÊNDICE A – NOTAS À IMPRENSA EMITIDAS PELO CML

NOTA 1: domingo, 7 de abril de 2019, 16h 25min

Por volta das 14:40, uma patrulha do Exército deparou com um assalto em andamento nas imediações do “Piscinão de Deodoro” em Guadalupe. Ao avistarem a patrulha, os dois criminosos, que estavam a bordo de um veículo, atiraram contra os militares, que por sua vez responderam à injusta agressão. Como resultado, um dos assaltantes foi a óbito no local e o outro foi ferido, sendo socorrido e evacuado para o hospital. Um transeunte que passava pelas imediações foi ferido em decorrência da troca de tiros, tendo também sido socorrido e evacuado. Informações preliminares dão conta de que o cidadão inocente ferido está fora de perigo. A ocorrência permanece em processamento, tendo todas as providências legais decorrentes sido tomadas. O episódio não está relacionado ao incidente ocorrido pela manhã com tropas do Exército na Comunidade do Muquiço.

Seção de Comunicação Social do Comando Militar do Leste

NOTA 2: domingo, 7 de abril de 2019, 21h 38min

A fim de realizar uma apuração preliminar da dinâmica dos fatos ocorridos, foi determinado pelo Comandante Militar do Leste que sejam coletados os depoimentos de todos os militares envolvidos, bem como ouvidas todas as testemunhas civis, o que está em andamento, nesse momento, na Delegacia de Polícia Judiciária Militar ativada na Vila Militar. O Ministério Público Militar já foi informado e está supervisionando a condução dessas oitivas.

Seção de Comunicação Social do Comando Militar do Leste

NOTA 3: segunda-feira, 8 de abril de 2019, 11h 32min

Nota do Comando Militar do Leste - Acerca dos fatos envolvendo militares do Exército que realizavam patrulhamento regular no perímetro de segurança da Vila Militar (RJ), no dia 7 de abril de 2019.

Rio de Janeiro (RJ) - Acerca dos fatos envolvendo militares do Exército que realizavam patrulhamento regular no perímetro de segurança da Vila Militar (RJ), no dia 7 de abril, e que resultaram no óbito de um civil e em ferimentos em outros dois, o Comando Militar do Leste informa que:

1. com base em informações iniciais transmitidas pela patrulha, foi emitida Nota segundo a qual a tropa teria reagido a uma agressão oriunda de criminosos a bordo de um veículo;
2. em virtude de inconsistências identificadas entre os fatos inicialmente reportados e outras informações que chegaram posteriormente ao Comando Militar do Leste, foi determinado o afastamento imediato dos militares envolvidos, que foram encaminhados à Delegacia de Polícia Judiciária Militar para tomada de depoimentos individualizados. Esse procedimento prolongou-se pela madrugada, tendo sido coletado também, até o presente momento, o depoimento de uma testemunha civil. Um membro do Ministério Público Militar acompanhou todo o procedimento;
3. na manhã de hoje, após a conclusão dessas oitivas, foi determinada a lavratura da prisão em flagrante de 10 dos 12 militares ouvidos, em virtude de descumprimento de regras de engajamento;
4. a partir de agora esses militares passam à disposição da Justiça Militar da União, a quem cabe, obedecido o prazo legal, realizar a Audiência de Custódia e determinar como será dado prosseguimento;
5. cumpre esclarecer que o decurso de prazo entre os acontecimentos propriamente ditos e as providências no sentido da decretação das prisões deveu-se aos cuidados necessários para com o devido processo legal, por orientação do Ministério Público Militar, órgão encarregado do controle externo das atividades das Forças Armadas;

6. por fim, o Exército Brasileiro reitera seu estrito compromisso com a transparência e com os parâmetros legais impostos pelo Estado de Direito ao uso legítimo da força por seus membros, repudiando veementemente excessos ou abusos que venham a ser cometidos quando do exercício das suas atividades”.